

Vanda Anastácio

Da História Literária e de alguns dos seus problemas

No hay tarea más subjecta a continua revision que la historia literaria
Eugénio Asensio, *El teatro de Antonio Prestes* (1954)

Quando falamos de História e de Literatura é quase inevitável a evocação de uma célebre referência antiga ao trabalho do poeta, feita por Aristóteles, que diz o seguinte:

[...] não é ofício do poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verosimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa) – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder.¹

Recordo aqui esta passagem da *Poética* porque me parece evidenciar alguns aspectos fundamentais da definição de História e de Literatura: em primeiro lugar, o facto de o “ofício do poeta” e o do “historiador” surgirem associados, ao ponto de, para definir um deles, se tornado útil referir o outro; depois, porque a diferença entre um e outro é dada, não em termos formais (Aristóteles sublinha que a história, mesmo em verso, continuaria a ser história) mas em termos de ponto de vista em relação às “coisas”: o olhar do historiador dirige-se ao passado, buscando factos acontecidos; o olhar do poeta lança-se sobre as “coisas”, mas estas, nem têm que se situar no passado, nem que ter ocorrido: devem apenas representar *possibilidades plausíveis*; por último, parece-me também sintomático o facto de, nas palavras de Aristóteles, as figuras do historiador e do poeta serem caracterizadas como *sujeitos de um enunciado discursivo*. Os verbos que usa são sugestivos: “narrar”, “representar”, “dizer”.

Hoje poderíamos, talvez, formular de outro modo as práticas da História e da Literatura sublinhando, por exemplo, o peso que assumem, em ambas, uma série de condicionantes, quer do olhar do historiador, quer do do poeta, ou o modo como, tanto as “coisas do passado”, como as “coisas plausíveis” acabam por ser, de facto, “construídas” por esses olhares².

É tendo em conta estas questões que desenvolveremos a nossa reflexão, centrando-nos num campo específico, em que se cruzam História, Literatura e os seus problemas: a História Literária. O facto de o aparecimento desta disciplina ser um fenómeno datável tem, aliás, a vantagem de nos permitir contextualizar alguns dos factores que marcaram a sua prática desde o início.

Como se sabe, a História Literária surge no século XIX e resulta, em grande medida, da visão que os pensadores românticos e positivistas tiveram do que deveriam ser a História e a Literatura. Do ponto de vista formal, e tal como a História das Nações, que se constrói paralelamente no mesmo período, a História Literária apresenta-se como uma narrativa, desenvolvida de acordo com algumas das ideias-chaves do tempo. De facto, a forma narrativa adequava-se à noção de causalidade, um dos parâmetros que regeram a visão oitocentista da História em geral e da História Literária em particular: de acordo com o ponto de vista do tempo, todo o acontecimento deriva de um ou mais factos anteriores e teve como consequência os acontecimentos que se lhe seguiram³. Por outro lado, encontramos, desde muito cedo, no discurso da historiografia literária, a ideia de *progresso*, cara à filosofia positiva, a qual parece estar subjacente à convicção de que as nações, os povos, as instituições (e as ideias literárias) se comportam como os indivíduos, no sentido em que nascem, se desenvolvem (ou evoluem) e entram em decadência⁴.

A estas ideias veio somar-se o novo conceito de *originalidade*, também contemporâneo da constituição da História Literária como disciplina, cuja influência no âmbito da avaliação estética perdura, de facto, até aos nossos dias. Assim, os primeiros historiadores literários procuraram, nos textos, elementos como a manifestação da subjectividade pessoal, a “verdade” das emoções individuais, o “sentimento” e o “espírito” nacionais, etc. Ou seja, interpretaram as obras do passado à luz da sua época e das suas categorias mentais, “traduzindo-as” (e uso aqui esta expressão na acepção que lhe confere George Stein⁵) para a linguagem do seu tempo.

Não é de estranhar, pois, que a História Literária tivesse nascido com carácter *nacional*, que incluísse apenas os autores cuja vida e obra fossem consideradas *excepcionais*, *originais*, ou *patrióticas* e que estivesse recheada de apreciações valorativas. Exemplo ilustrativo deste modo de ver é o que encontramos no prólogo do primeiro volume do *Ensaio Biographico-critico dos Melhores Escriitores Portuguezes*, publicado em 1850, (obra que constitui, como se sabe, a primeira tentativa de envergadura de realizar uma História da Literatura Portuguesa)⁶. Aí, o seu autor, José Maria da Costa e Silva, esclarece alguns dos princípios que presidiram à selecção dos autores que estuda: contemplou apenas obras escritas em português⁷; escolheu apenas os melhores (como, aliás, se indicava no próprio título da obra); e o critério de aferição da qualidade desses “melhores autores” foi o do seu gosto pessoal: “Cada um ajuiza com as suas ideias, sente com o seu coração; e a demonstração mais segura da bondade, ou

ruindade de um Poema, é o maior, ou menor prazer, o maior ou menor desgosto que nos causa a sua leitura.” (p. 16). Costa e Silva explica, ainda, que encara a actividade da crítica literária como um tribunal, onde aqueles que a exercem, têm o papel de juizes. Diz, com efeito, que “O critico é como o magistrado, deve sentenciar despido de affecto, e de ódio, e tão criminoso é um se falta á verdade, como o outro se posterga a lei.” (p. 16)⁸.

Um olhar sobre as Histórias Literárias deste período revela-nos que, de um modo geral, os primeiros historiadores literários pouco se afastaram da concepção de Costa e Silva. E, de facto, apesar dos matizes introduzidos neste modo de encarar a História Literária pela disseminação das ideias positivistas e a sua voga na segunda metade do século XIX, os princípios orientadores da disciplina pouco se alteraram. Exemplo do que acabamos de afirmar são as diversas reformulações da *História da Litteratura Portugueza*, levadas a cabo por Teófilo Braga entre 1870 e 1913, onde se retomam, invariavelmente, os critérios românticos da expressão do “génio” e do “sentimento do povo” os quais, mesmo combinados com aquilo a que chama “elementos exteriores” necessários à sua explicação⁹, resultam na mesma exclusão e depreciação das obras e dos autores que não coubessem na grelha da nacionalidade, originalidade e excelência.

No caso português, as consequências desta forma de encarar e de descrever o fenómeno literário foram devastadoras, e as suas repercussões duram até aos nossos dias. Por um lado, na busca das manifestações do génio, da originalidade e de condutas exemplares, o centro de interesse da História Literária situou-se muito mais na biografia dos autores e nas circunstâncias exteriores às obras, do que nos textos. Por outro, o facto de se procurarem obras isentas de influências extra-nacionais numa literatura desde sempre permeável às culturas das outras regiões peninsulares, e ideias “originais” em produções resultantes em grande medida de interpretações locais de correntes de pensamento de circulação europeia, levou a que grande parte da produção literária portuguesa dos séculos XVI, XVII e XVIII fosse desprezada.

É preciso que se diga, no entanto, que os motivos invocados para essa desvalorização não foram sempre os mesmos, nem os julgamentos negativos incidiram sempre sobre as mesmas épocas. Nas obras dos historiadores literários da primeira metade do século XIX, como Frederik Bouterweck¹⁰, Sismonde de Sismondi¹¹, Ferdinand Denis¹², e Freire de Carvalho¹³, por exemplo, o período mais maltratado pelos seus juízos é o século XVII. Este último é apresentado como um tempo de decadência do espírito nacional, não apenas pelo facto de Portugal se encontrar sob domínio castelhano até 1640 mas, também, porque, segundo estes estudiosos, a cultura e a vida mental portuguesas se encontravam então subjugadas à influência dos jesuítas. Nestas primeiras Histórias Literárias de Portugal são comuns as

inectivas ao “seiscentismo”, designação pejorativa que é aplicada, ainda, à literatura da primeira metade do século seguinte.

É interessante notar, também que, apesar de estes autores identificarem geralmente *nação* e *boa literatura*, fazendo coincidir o período áureo da Literatura Portuguesa com o da Expansão e da consolidação do Império, houve, desde cedo, vozes dissonantes a este respeito que sublinharam, por exemplo, o facto de os escritores quinhentistas tomarem como modelo paradigmas *estrangeiros*: os autores da Antiguidade greco-latina, os poetas italianos Dante, Petrarca e seus discípulos, os espanhóis Boscán e Garcilaso de La Vega, etc. Para dar uma ideia do que acabo de dizer, recordarei que, por exemplo, Almeida Garrett, no “Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa” (de 1826), se refere negativamente à generalidade da produção literária portuguesa do longo período que vai do século XVI a meados do século XVIII, considerando que, à excepção de Camões, de António Ferreira, de Filinto Elísio e de Bocage, os autores desses tempos se limitaram a imitar modelos “estrangeiros”, “desmereceram na originalidade”, cometeram o crime de não terem escrito exclusivamente em português, e cederam à “afecção do estilo”¹⁴.

O mesmo ponto de vista será amplamente desenvolvido por um dos críticos mais influentes da geração seguinte, Teófilo Braga, o qual, na primeira monografia de fôlego que dedica à literatura pátria, a *História da Litteratura Portuguesa - Introdução* (de 1870), ao deparar com vestígios de influências estrangeiras em todas as épocas conclui: “Ao percorrer os seus diferentes periodos, chega-se a uma conclusão desoladora: como um povo formado artificialmente, nunca tivemos uma litteratura verdadeiramente nacional.” (p. 3).

Este panorama verdadeiramente desolador resultaria, também na visão de Braga, de causas políticas: num país subjugado ao poder absoluto dos monarcas e dos seus ministros e sob o domínio ideológico da Igreja, o espírito criador não podia frutificar. Este crítico distinguirá, contudo, de entre a multidão de autores a que alude nos seus trabalhos sobre História Literária, alguns “grandes homens” detentores, nas suas palavras da “unica desigualdade legitima” em relação aos seus semelhantes, que seria “a do talento”¹⁵, e cujas acções extraordinárias “elevam o homem acima da animalidade”¹⁶. Deste modo, poetas como Camões, sobretudo, mas também Bocage, por exemplo, a quem Braga dedicará longos estudos monográficos¹⁷, serão encarados como encarnações “originais” do “espírito patriótico”, e apresentados como seres excepcionais, sendo a sua relação com os contemporâneos vista como a do original com as suas cópias¹⁸.

Porque a História Literária passou a ocupar, na escola, o lugar anteriormente preenchido pela Retórica, a difusão atingida, não só pelos parâmetros que presidiram à sua constituição como disciplina mas, também, a lista de obras e de autores incluídos no cânone assim formado,

foi ampla e duradoura e, como consequência, séculos inteiros da Literatura Portuguesa foram considerados indignos de ser estudados. Curiosamente, se percorrermos as Histórias Literárias que se seguiram a este primeiro momento, observaremos que a herança dos primeiros historiadores da Literatura Portuguesa continuou presente, mesmo quando as suas afirmações mais drásticas foram sendo matizadas ou, até, refutadas. Ainda em 1949, por exemplo, na sua *História da Literatura Portuguesa*, Costa Pimpão justificava a exclusão de numerosas obras do cânone que procurava estabelecer, com base nos argumentos seguintes:

“Na sua maioria trata-se [...] de obras [...] às quais falta a primeira característica a exigir da história da literatura de qualquer país: a sua originalidade nacional; e, pelo que respeita ao nosso, de formação unilingue, a sua qualidade linguística.”¹⁹

Retoma, como vemos, os mesmos parâmetros de cem anos antes: originalidade, língua, e nacionalidade.

Paremos por aqui na referência a Histórias da Literatura Portuguesa, e detenhamo-nos um momento, recordando os esforços que foram feitos, ao longo do século XX, para romper com esta visão da História Literária, tornada tradicional pela repetição. Lembremos, brevemente, a multiplicação de correntes de pensamento que se preocuparam em deslocar o foco de interesse do estudo da literatura, das biografias e dos acontecimentos modeladores da “personalidade” e do “gênio” dos autores, para os seus textos. São movimentos hoje já antigos: o formalismo russo surgiu na década de 1920, o “New Criticism” na de 1950, o “Estruturalismo” na de 1960...

Lembremos, também, as tentativas de alteração de ponto de vista que vieram alertar para a importância do seu modo de difusão e do seu impacto junto do leitor: a Teoria da Recepção, o “Reader’s response Criticism”, a elaboração de Histórias da Leitura²⁰, a que se assistiu entre as décadas de 60 e 90 do século XX...

Não esqueçamos, por fim, a procura de novos modos de organização formal da própria História Literária, de modo não narrativo, não subordinado às contingências da causalidade e do modelo evolucionista²¹, de que um exemplo português poderia ser a *História Crítica da Literatura Portuguesa* dirigida por Carlos Reis²².

Gostaria de ilustrar esta breve reflexão com dois casos concretos, retirados da minha prática de pesquisa, elucidativos de alguns dos desafios que se colocam ao investigador que hoje se debruça sobre a História Literária.

No final dos anos 80, no âmbito da elaboração da minha dissertação de Doutoramento, trabalhei sobre um extenso manuscrito autógrafo do século XVI, da autoria de Pero de Andrade

Caminha (152?-1589)²³. O estudo desse documento e da tradição textual com ele relacionada foi-me conduzindo, pouco a pouco, ao estudo da obra e da biografia deste poeta, raramente mencionado pelas História Literárias, que tinha começado por ser, para mim – como suponho que acontece em grande parte das pesquisas desta natureza– apenas um nome²⁴.

Quando procurei informar-me sobre Caminha e a procurar apreciações e comentários à sua obra literária, esbarrei com uma fábula, na qual a Camões, encarnação vigorosa do génio poético nacional, se contrapunha Pero de Andrade Caminha, um poeta frio, correcto e malévolo, que gozara em vida de um reconhecimento que, de facto, segundo insinuavam os críticos, era devido ao autor d’*Os Lusíadas*. Em vez de interpretações da obra, encontrei um discurso dominado por alusões a uma reputação desonrosa, que verifiquei, depois, ter sido construída a partir de dois pormenores da sua biografia: o facto de ter alimentado uma hostil rivalidade contra Camões (que não tem qualquer fundamento histórico) e o facto de ter denunciado Damião de Góis à Inquisição quando este já se encontrava preso (um facto documentado).

Percorrendo as biografias camonianas e o discurso acerca do épico, verifiquei que, durante séculos, aqueles que tentaram traçar o percurso biográfico de Luís de Camões lamentaram a ausência de documentos ou de referências de contemporâneos capazes de preencher as lacunas que se lhes deparavam. Se muito pouco se diz sobre as relações de Luíz Vaz com os seus contemporâneos, fala-se repetidamente da ausência de menções ao poeta, invocando-se como motivo do silêncio a inveja ou a má vontade em relação a este. Curiosamente, esta inveja e má vontade não são atribuídas especificamente a outros poetas mas, sim, à “falta de zelo do bem comum” que atingiria a “coroa portuguesa” (como diz Pedro de Mariz em 1613²⁵), à incompreensão que suscitam em geral as “personalidades eminentes” (como sugere Manuel Severim de Faria em 1624²⁶) e aos ministros e fidalgos próximos de D. Sebastião (como aventa Manuel Faria e Sousa em 1639²⁷). Criou-se, pois, no discurso crítico, uma espécie de lugar vazio, à espera de um facto, de uma sugestão, de um nome, que pudesse vir a ocupá-lo, como uma pena suspensa, à espera de expiação. É sobre esse lugar, comum e vazio, do discurso dos biógrafos e comentadores, que se construirá a hipótese da rivalidade entre poetas, sobre a qual os críticos românticos e positivistas irão ficcionar.

O papel de rival malévolo de Camões é atribuído a Caminha, pela primeira vez, pelo Visconde de Juromenha, no ensaio biográfico que acompanha a sua edição da obra camoniana de 1860²⁸. Partindo do mencionado silêncio dos contemporâneos, Juromenha imagina que teria existido uma verdadeira “cabala” contra o poeta, visando sufocar a glória de alguém que lhes era superior. Na ausência de documentos concretos que confirmem as suas deduções, Juromenha lê nas entrelinhas dos poemas coevos e descobre, para Sá de Miranda, para Diogo Bernardes, para António Ferreira e para Pero de Andrade Caminha, diferentes móveis para o

mesmo crime. A atribuição exclusiva do papel do rival de Camões a Pero de Andrade será fixada por Teófilo Braga, como consequência da publicação da denúncia de Damião de Góis feita por Caminha à Inquisição²⁹. Este dado será usado por este crítico como prova do mau carácter do seu autor e como justificação, não só para lhe atribuir todo o tipo de acções mal intencionadas mas, também, para desvalorizar a sua produção poética³⁰.

Paremos por aqui.

Lembremos apenas que as observações de Braga tiveram uma repercussão profunda nos estudos posteriores sobre a obra de Pero de Andrade Caminha. Assim, se houve historiadores, como Júlio de Castilho³¹, Carolina Michaëlis³² ou Sousa Viterbo³³ que questionaram as especulações de Braga e alertaram para a importância da obra de Pero de Andrade, houve muitos mais que não resistiram à sedução exercida pela imagem romanesca criada. Mesmo modernamente, estudiosos como Jacinto do Prado Coelho³⁴, António José Saraiva e Óscar Lopes³⁵ ou António Cirurgião³⁶, apesar de procurarem distanciar-se do que sabiam ser uma efabulação baseada em especulações sem fundamento, acabaram por fazer apreciações que são claramente tributárias do mito.

Passemos ao exemplo seguinte.

Partimos, mais uma vez, de um manuscrito. Há cerca de seis anos, fui contactada por uma Professora de Coimbra que coordenava um programa de edição de obras de clássicos portugueses do século XVIII, para editar um extenso manuscrito depositado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, da autoria de um contemporâneo de Manuel Maria Barbosa du Bocage, de seu nome Francisco Joaquim Bingre. O documento de Coimbra (que consiste de 43 cadernos de 36 páginas cada um) é relativamente recente (trata-se de uma cópia realizada entre 1909 e 1911), pelo que continuei procurando documentos anteriores³⁷. Essa busca, para além de me permitir localizar um número significativo de cópias de textos de Bingre, algumas delas autógrafas, atestadoras de uma intensa circulação manuscrita de uma obra até aí desconhecida para mim, conduziu-me, graças ao acaso feliz de me cruzar com alguém que conhecia descendentes do poeta, até um espólio autógrafo inédito que a família preservou, de geração em geração, durante quase 200 anos.

Procurando, uma vez mais, reunir informações sobre um autor esquecido pela História Literária, aprendi que, para além de ter escrito os mais de 2.000 textos de vários géneros que acabei por coligir, Francisco Joaquim Bingre fora um dos sócios fundadores da Academia de Belas Letras, também conhecida como Nova Arcádia, que fora uma figura prestigiada pelos contemporâneos, que a sua reputação se manteve viva, pelo menos, durante a década que se seguiu ao seu desaparecimento, mas que publicou pouquíssimos textos em vida e que as

suas peças de teatro, na sua maioria impressas em folhetos de cordel, não foram preservadas pelos Arquivos³⁸.

A conclusão a que cheguei foi a de que, para que assim acontecesse concorreram, por um lado, as condições de difusão da sua obra e, por outro, o facto de Bingre ter vivido numa época desvalorizada pela generalidade dos historiadores literários dos últimos dois séculos.

Vejamos o primeiro aspecto. Os textos de Francisco Joaquim Bingre foram difundidos através dos canais mais utilizados pelos poetas do final do século XVIII: antes de 1805, as suas obras foram comunicadas oralmente, em “assembleias” e saraus - os salões onde se reuniam, com alguma regularidade, os literatos e os amadores de poesia da época -, nas sessões da Academia a que pertenceu, nos teatros do Salitre e do Bairro Alto, onde as suas peças foram representadas e, por escrito, sobretudo enquanto durou a Academia de Belas Letras, em miscelâneas colectivas e em opúsculos impressos patrocinados por mecenas influentes (o Conde de Pombeiro e Pina Manique)³⁹.

Posteriormente a 1805, data do afastamento definitivo de Pina Manique e da morte de Bocage, as suas composições continuaram a ser divulgadas em cópias manuscritas, em folhas volantes, em opúsculos de cordel e em jornais. A publicação, em volume, de obras de Bingre só aconteceu em 1850 (quando o poeta contava 87 anos) e resume-se a uma curta antologia de 35 poemas⁴⁰. Finalmente, no período que imediatamente se seguiu à sua morte (entre 1860 e 1864) houve um pequeno número de textos de Francisco Joaquim que foi publicado por admiradores seus (poetas quase 50 anos mais jovens), na revista literária *A Grinalda*⁴¹.

Estes modos de dar a conhecer a literatura foram eficazes no tempo em que Francisco Joaquim viveu, chegando directamente aos interessados neste tipo de produções, mas a fugacidade do improviso poético, da declamação e da representação dramática, bem como a precaridade da difusão manuscrita constituíram uma barreira à sua projecção no futuro. É preciso que se diga, no entanto, que ao longo do tempo, houve críticos como Inocêncio Francisco da Silva em 1861⁴², Álvaro Fernandes em 1939⁴³, Jacinto do Prado Coelho em 1964⁴⁴ e Pedro da Silveira em 1997⁴⁵, que se ergueram em protesto contra a falta de edições que lhes permitissem avaliar a sua obra e entender o prestígio de que havia gozado entre os contemporâneos. O facto de essa edição não ter sido realizada até ao ano 2000 relaciona-se com o segundo aspecto que referimos acima, a saber, a circunstância de Francisco Joaquim Bingre ter vivido numa época que foi desvalorizada quer pelos historiadores da literatura da segunda metade do século XIX, quer pela maioria dos críticos que vieram depois deles, que continuaram, ainda no século XX, a repetir juízos de valor herdados daqueles.

De facto, a caracterização do século XVIII português como uma época de obscurantismo e de tirania, hostil ao espírito criador é, também, um lugar comum das Histórias Literárias

dos finais de oitocentos e inícios do século XX, cujos autores se mostraram incapazes de entender o tipo de imitação preconizada pela poética do tempo. É possível rastrear estes pontos de vista em historiadores tão díspares como Teófilo Braga, em 1889⁴⁶, Aubrey Bell, em 1922⁴⁷, Hernâni Cidade em 1932⁴⁸ e até, em António José Saraiva nos anos 60⁴⁹.

Estes dois factores foram agravados por um terceiro.

Ao desconhecimento da obra de Francisco Joaquim Bingre veio juntar-se a convicção de que se trataria de uma poesia sem grande valor estético. Em 1964, Rocha Madahil comprou um manuscrito apógrafo com poemas de Francisco Joaquim Bingre e editou alguns deles no *Arquivo do Distrito de Aveiro*⁵⁰. A leitura dessas composições inspirou a Jacinto do Prado de Coelho um artigo, num jornal de grande circulação, onde exprimiu a opinião de que: “Francisco Joaquim Bingre não foi decerto um grande poeta, longe disso”⁵¹. Mais uma vez, a reputação criada para um autor com base em elementos exteriores às suas composições e num conhecimento deficiente da sua obra, condicionou a acessibilidade aos seus textos.

Gostaríamos de concluir, insistindo em aspectos que, embora conhecidos, vemos esquecidos, a cada passo, no dia a dia do ensino e da prática da investigação literária.

Em primeiro lugar, é fundamental ter presente que os parâmetros pelos quais se rege a História Literária mudam ao longo do tempo e que *é necessário que assim seja*, pois se trata de um campo construído a partir do olhar do historiador, necessariamente condicionado pelas categorias mentais do tempo em que vive. A História Literária deve ser encarada como um campo de estudos em permanente reconfiguração, dada a tensão inevitável entre o significado adquirido por uma dada obra no contexto da sua época e as reavaliações posteriores que sucessivas gerações dela vão fazendo.

Por isso, é imperioso e necessário proceder continuamente ao estudo das obras, não apenas daqueles autores que foram considerados de primeira grandeza pelas Histórias Literárias que nos precederam, mas também daqueles que, por desconhecimento do que escreveram, por motivos ideológicos, devido a reputações construídas com base em dados fantasiosos, pela influência das modas, da organização dos *curricula* escolares ou, muito simplesmente, porque os seus textos não têm edições acessíveis, foram sendo relegados para o esquecimento, ou considerados “menores”.

Não podemos esquecer que o discurso crítico é historicamente condicionado, que cada época e cada historiador valoriza determinados autores e deixa cair outros no esquecimento e que esta escolha não depende de um qualquer valor intrínseco dos textos, mas daquilo que diferentes leitores, em diversas épocas, procuraram neles.

Notas

1 Aristóteles, *Poética*, (trad. de Eudoro de Sousa), Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986, p. 115.

2 Reflexões relevantes sobre estes aspectos da prática historiográfica são as que encontramos em Vitorino Magalhães Godinho «História e Ciências Sociais» in *Ensaios III - Sobre Teoria e História e Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa, 1971 e em Walter Benjamin «Theses on the Philosophy of History» in Hannah Arendt [org.] *Illuminations. Essays and Reflections*, New York, Schocken Books, 1968, pp. 253-264.

3 Exemplo deste ponto de vista aplicado à Literatura são as observações seguintes, feitas por Francisco Freire de Carvalho, no seu *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até o presente tempo, seguido de diferentes opusculos, que servem para sua maior illustração, e offerecido aos amadores da Litteratura Portugueza em todas as Nações*, Lisboa, Typografia Rollandiana, 1845, quando diz, na p. 13 que no seu trabalho: “se encontrarão em resumo algumas idéas sôbre a origem, progressos, decadencia e restauração dos nossos estudos, e causas geraes, certas, ou meramente provaveis, que produziram estes varios fenómenos, ou que influiram sôbre a sua existência nos diferentes períodos da nossa Historia Litteraria”.

4 Em Portugal este ponto de vista surge claramente formulado, por exemplo, por Alexandre Herculano, em 1842: “As nações são em muitas coisas semelhantes aos individuos; fácil fôra instituir, não poeticamente, mas com todo o rigor filosófico, muitas analogias entre a sociedade e o homem físico.” in “Cartas sobre a História de Portugal” *Revista Universal Lisbonense*, 1842, p. 73.

5 Veja-se George Stein, «*What is Comparative Literature? an Inaugural Lecture delivered before the University of Oxford on 11 October 1994*», Oxford, Clarendon Press, 1995, p. 10, quando diz: «In brief, comparative literature is an art of understanding centered in the eventuality and defeats of translation. I have tried to show elsewhere that this process begins with the same language, that individuals, generations, genders, social classes, professions, ideologies, past and present, ‘translate’ when they would understand any communicative discourse inside their own tongue.»

6 Referimo-nos à obra de José Maria da Costa e Silva *Ensaio Biographico-critico dos Melhores Escriptores Portuguezes*, volume I, Lisboa, Imprensa Silviana, 1850, da qual seriam publicados 10 volumes, entre 1850 e 1855.

7 Diz, com efeito, no “Prologo” *Op. cit.*, p. 6: “Poetas que só escreveram em verso latino, ou castelhano, posto que nascessem em Portugal, não sam poetas Portugueses”.

8 Ou seja, de facto, o oposto da visão que temos hoje do trabalho do historiador, herdeira dos trabalhos de Lucien Fèbvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, etc.

9 Teófilo Braga afirma, por exemplo, no primeiro esboço da sua *História da Litteratura Portugueza-Introdução*, Porto, Imprensa Portugueza, 1870, p. 2: “Quem escrever uma história litteraria, tem, diante da serie de obras de arte, de deduzir -o genio e o character intimo do povo que as sentiu, e sobretudo de pôr em relevo as circunstancias exteriores que lhe deram origem.»” e, ainda na *História da Litteratura Portugueza-Renasçença*, Porto, Lello & Irmão, 1914, usará os mesmos critérios para depreciar a generalidade da produção poética quinhentista

portuguesa em frases como esta: “[Na Renascença] os genios e os talentos originaes abdicam da sua individualidade, imitando subservientemente os novos modelos [...]”, na p. 391.

10 Frederik Bouterweck, *Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit*, Göttingen, 1805.

11 Sismonde de Sismondi, *De la Littérature du Midi de l'Europe*, t. IV, Paris -Strasbourg, chez Treutel et Würtz, 1813.

12 Ferdinand Denis, *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*, Paris, Lecointe et Durey, Libraires, 1826.

13 Freire de Carvalho, *Op. cit.*

14 Almeida Garrett “Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa” [1ª edição: 1826] in *Obras de Almeida Garrett*, vol I, Porto, Lello & Irmão Editores, 1963, pp.489-490.

15 O pensamento de Teófilo Braga a este respeito é longamento exposto na obra *Os Centenarios como Synthese Affectiva nas Sociedades Modernas*, Porto, Typ. De A. J. da Silva Teixeira, 1884. Referimo-nos, no entanto, aqui, às afirmações que faz Teófilo Braga no trabalho intitulado “Voltaire” in *O Positivismo. Revista de Philosophia* dirigida por Teophilo Braga e por Júlio de Matos, Porto, Livraria Universal de Magalhães e Moniz Editores, 1879, p. 327: “O ministro que dispõe da auctoridade e das riquezas de uma nação, o banqueiro que opéra com grossos capitaes, o que se arreia com pergaminhos nobiliarchicos, todos os que julgam em si qualquer superioridade fazem sentir duramente aos outros homens a distancia que os separa d’elles; só a unica desigualdade legitima, a do talento, é que se não impõe, antes procura identificar-se com aquelles que communica.”

16 Braga refere-se, com efeito, *Idem*, p. 326: “[...]Jaquelles homens que pelo seu poder creador fizeram sentir a solidariedade humana, dotando a humanidade com noções positivas e com invenções, que subordinam à nossa liberdade a fatalidade do meio cosmico, ou com manifestações sentimentaes e altruistas que elevam o homem acima da animalidade. A estes bemfeitores da nossa especie chamou a linguagem vulgar os *Grandes Homens* [...]”.

17 Referimo-nos a trabalhos como: *Historia de Camões*, Porto, Imprensa Portuguesa Editora, 1874, *Plutarcho portuguez. Collecção de retratos e Biographias dos principaes vultos Historicos da Civilização Portuguesa*, Porto, Julio Costa, Emilio Biel & Cª, 1881, *Camões e o Sentimento Nacional*, Porto, Livr. Chardron de Lello & Irmão 1891, *Camões Época e Vida*, Porto, Livr. Chardron de Lello & Irmão 1907, *Bocage. Sua vida e época litteraria*, Porto, Livr. Chardron de Lello & Irmão, 1902, etc.

18 Pela vasta obra de historiografia literária que produziu, pelo seu papel enquanto professor do Curso Superior de Letras e, até, pelo relevo político que adquiriu (não esqueçamos que Teófilo Braga foi Presidente da República) as ideias de Braga tiveram uma repercussão considerável. E se esta postura é especialmente visível nos seus trabalhos, o certo é que, se percorrermos as Histórias Literárias dos finais século XIX e inícios do século XX, encontraremos pontos de vista que lhe são muito devidores.

19 Álvaro Júlio da Costa Pimpão, *História da Literatura Portuguesa. Idade Média*, 2ª edição, Coimbra, Atlântida, 1959 [1ª edição: 1947 a 1949], p. 3. Costa Pimpão prossegue, explicando também que: “Nem toda a prosa portuguesa constitui, evidentemente, literatura nacional, mas ainda menos o será a que brotou de centros estranhos de cultura, por maior que tenha sido a sua irradiação e influência.”.

20 Vejam-se, a título de exemplo, as obras de Guglielmo Cavallo e Roger Chartier, *Histoire de la lecture dans le Monde Occidental*, Paris, Seuil, 1997 e Alberto Manguel, *Uma História da Leitura*, Santa Fé de Bogotá, Norma, 1999.

21 Tentativas de fugir à elaboração sequencial narrativa são, por exemplo, a *Columbia Literary History of the United States* 1987, ou a *New History of French Literature* 1989 ou, ainda, o volume *Il Portogallo. Dalle origini al Seicento*, Firenze, Passigli Editori, 2001, da *Storia della Civiltà Letteraria dei Paesi di Espressione Portoghese* organizado por Luciana Stegagno Picchio.

22 A obra consiste na compilação de textos críticos de autores diversos, anteriormente publicados, sobre períodos, escritores, correntes e obras. Carlos Reis (org.) *História Crítica da Literatura Portuguesa*, vols., Lisboa, Verbo.

23 Trata-se do manuscrito com a cota COD 6383-6384, preservado na Biblioteca Nacional de Lisboa.

24 Tanto a edição crítica da obra como o estudo da poesia deste autor foram publicados: Vanda Maria C. G. Anastácio, *Visões de Glória*, 2 vols., Lisboa, Fundação C. Gulbenkian-FCT, 1998.

25 Pedro de Mariz, diz, com efeito, que a “falta do zelo do bem commum, em os que mais podem e sabem” é uma doença geral que desde sempre causa prejuízos aos bens da “coroa” portuguesa: “E he tão geral esta doença que atè nas cousas menores mostra a sua sua [sic] furia com crueldade. Como se tem visto em muytos homens, a que as obras heroicas fezerão famosos, illustres & grandes: & esta infirmitade os fez viver em summa pobreza, acanhados, & morrer miseravelmente. Sendo assi, que nem as migalhas do que elles ganharaão a esta coroa (& os podèra fazer riquissimos) os roedores della lhe quizerão dar. Antes os perseguirão, desacreditarão, & fezerão morrer sem galardão.” in “Vida” OS/LUSIADAS/DO/GRANDE/LUIS DE CAMOENS./PRINCIPE DA POESIA HEROICA/Commentados pelo Licenciado Manoel Correa, Examinador synodal/do Arcebispado de Lisboa, & Cura da Igreja de S. Sebastião da/Mouraria, natural da cidade de Elvas/Dedicados ao Doctor D. Rodrigo d’Acunha, Inquisidor Apostolico/do Santo Officio de Lisboa./Por Domingos Fernandez seu Liureyro./Com licença do S. Officio, Ordinario, y Paço./EM LISBOA/ Por Pedro Crasbeeck. Anno 1613.

26 Manuel Severim de Faria afirma, com efeito, no f. 129r dos seus *Discursos varios Politicos*, Evora, Manoel Carvalho, 1624, que: “Ainda q os q tê noticia das historias humanas entenderão bem, que este he o estilo ordinario do mundo, no qual os mais dos homens eminentes são perseguidos, & desprezados em vida [...]”.

27 Manuel Faria e Sousa dirá, com efeito, em comentário à sua edição das *Rimas varias de Luís de Camões*, *Primera Parte* de Camões de 1685, tomos I e II (parágrafo 30): “El Rey era un muchacho de 16. años, que no obrava cosa alguna por su entendimiento, ó voluntad; sino por lo que asentavan los que le tenian en su mano, q eran enemigos del Poeta; y conforme a esto, a un fue muchoque le diesen esto: y la razón de serle enemigos era, porque en varios lances del Poema dizo libremête la injusticia, y la maldad con q procedian, y con que encandilavan al Rey.” Citamos pela reprodução fac-similada editada em Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972.

28 Visconde de Juromenha, *Obras de Luís de Camões. Precedidas de um ensaio biográfico no qual se relatam alguns factos não conhecidos da sua vida augmentados com algumas composições inéditas do poeta pelo Visconde de Juromenha*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

29 O processo de Damião de Góis fora, com efeito, estudado por A. P. Lopes de Mendonça em 1858, no trabalho “Damião de Goes e a Inquisição em Portugal. Estudo Biographico”, *Annaes das Sciencias e Lettras publicados debaixo dos auspícios da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, vol. II, 1858, pp. 193-226, 257-283, 321-358, 385-440. O processo foi publicado anos mais tarde, em 1896, por Guilherme J. C. Henriques, *Ineditos goesianos colligidos e annotados*, Lisboa, Typ. Vicente da Silva & Cia, 1896.

30 Vejam-se as críticas que Braga faz a Wilhelm Storck, na obra *Camões. Época e Vida*, 1907.

31 Júlio de Castilho, *Antônio Ferreira Poeta Quinhentista. Estudos Biographico-litterarios*, 3 vols., Rio de Janeiro, Livraria de B. L. Garnier Editor, 1875 diz, com efeito, p. 116: “A posteridade, justamente fanatica, nobremente allucinada pelo resplendor d’esse nome [de Camões], errou n’um ponto: pediu aos contemporaneos do aventureiro da Índia o feudo que deviam pagar ao cantor das nossas glorias, e condemnou n’um tribunal iniquo a muitos d’esses homens, só porque as suas lyras não adivinharam. Esta nos parece a verdade.”

32 Carolina Michaëlis de Vasconcelos, começou por assinalar a publicação dos textos do manuscrito de Lisboa por Joseph Priebsch com um artigo no *Deutsche Litteraturzeitung*, Berlim, 16 de Julho de 1898, pp. 1124-1127, no qual afirmara que os textos divulgados por Priebsch justificavam o favor de que Caminha havia gozado na Corte: “Sie machen es begreiflich, wie er zum Lieblingsdichter der Damen und zum geistigen Mittelpunkt bei Hofe werden konnte.” Na sequência destas reflexões, publicará um longo estudo sobre o poeta, no qual lançará as bases de toda a investigação posterior sobre a sua biografia e sobre a sua obra: “Pero de Andrade Caminha. Beitrage zu seinem Leben und Wirken auf Grund und im Anschluss an die Neuausgabe des Dr. Joseph Priebsch” in *Revue Hispanique*, VIII, 1901, pp. 338-450.

33 Francisco de Sousa Viterbo “Caminha e a música” *Mala da Europa*, Anno I, 31 de Dezembro de 1894, afirma, com efeito, na p. 6: “Caminha é dos [poetas contemporâneos de Camões] que mais tem soffrido, sob este ponto, da critica moderna, havendo quem pretenda ver nos epigramas contra um poeta, sobretudo no que principia *Dizes que o bom Poeta há-de ter fúria*, uma allusão offensiva a Luiz de Camões. O motivo d’esta attribuição parece-nos sobremodo infundado, para não dizer infantil. É possível que os émulos do grande poeta formassem contra elle a conspiração da inveja e do silencio, mas o processo é obscuro e a sentença, á falta de provas decisivas, não se pode lavar sem temeridade.”

34 Jacinto do Prado Coelho “Pero de Andrade Caminha” in *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Porto, Figueirinhas, [1ª edição: 1958?], tomo I, pp. 135-136 faz a observação seguinte: “o A. seguiu caminho paralelo ao de Camões; para seu mal, o confronto desfavorece-o muito.”

35 António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1979 [1ª edição: 1955] dizem, por exemplo, na p. 347 que Pero de Andrade Caminha: “é um petrarquista sem traços pessoais nas formas decassilábicas e que apenas sentimos à vontade nos moldes ligeiros do mote glosado.”

36 António Cirurgião, “Pero de Andrade Caminha e a poética” *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XVII, Paris, Gulbenkian, 1982, p. 91 afirma, por exemplo: “Salvo honrosas excepções que, como se sabe, para mais nada servem que para justificar a regra, não há na vastidão da sua obra poética uma metáfora fulgurante; não há um símile feliz; não há um rasgo de fulgor poético ou daquela “fúria grande e sonora” de Camões que tradicionalmente

se diz (se com fundamento ou sem fundamento talvez ninguém o saiba) Caminha ter censurado [...]”. Apesar do virtuosismo com que Pero de Andrade Caminha se dedicou à prática da sextina, sem paralelo em nenhum dos seus contemporâneos, os juízos de valor proferidos por Cirurgião sobre Pero de Andrade não são muito diversos, no capítulo que lhe dedica, na sua obra sobre esta forma poética, *A sextina em Portugal nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1992, pp. 119-143.

37 Referimo-nos ao manuscrito 1330 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

38 Vejam-se a este propósito os estudos introdutórios dos volumes I e II das *Obras de Francisco Joaquim Bingre*, edição de Vanda Anastácio, Porto, Lello Editores, 2000.

39 Referimo-nos a obras como a *Collecção das Obras poéticas, que no dia 21 de Setembro do anno de 1795, se offerecerão a Sua Alteza Real o Serenissimo Principe do Brazil Nosso Senhor; Na occasião em que o Reino de Portugal, e muito particularmente a cidade de Lisboa, cellebrarão com demonstrações, e festas publicas o seu jubilo, por verem continuada a sucessão da Sereníssima Casa de Bragança, na pessoa do Sereníssimo Senhor D. Antonio Principe da Beira*, Lisboa, Na off. de Antonio Rodrigues Galhardo, Impressor da Sereníssima Casa do Infantado, 1795 ou, ainda: *Tributo de Gratidão que a Pátria consagra a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhorpor mãos do Intendente Geral da Polícia da Corte e Reino*, Lisboa, Na typographia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

40 Trata-se da obra Francisco Joaquim Bingre, *O Moribundo Cysne do Vouga. Collecção d'algumas Peças mais importantes Extrahida das Obras Poéticas do Sr. Francisco Joaquim Bingre, nos últimos momentos da sua vida*, Porto Typographia Commercial, 1850.

41 Vejam-se os poemas de Francisco Joaquim Bingre publicados com a indicação de “póstumos” nos números de *A Grinalda* dos anos 1860, 1862, 1864 e 1869.

42 Inocêncio Francisco da Silva, “Francisco Joaquim Bingre (Francélio Vouguense)” in *Archivo Pittoresco*, vol. IV, Lisboa, Typ. De Castro e Irmão, 1861.

43 Álvaro Fernandes, “O Cisne do Vouga. Francisco Joaquim Bingre. O Poeta” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, II Parte, vol. XIV, 1948.

44 Jacinto do Prado Coelho, “Um árcade esquecido: Francisco Joaquim Bingre” in *O Primeiro de Janeiro*, 14 de Outubro de 1964 reed. No estudo “O poeta Bingre” in *Ao Contrário de Penélope*, Lisboa Bertrand, 1976, pp. 97-100.

45 Pedro da Silveira, “Francisco Joaquim Bingre” in *Dicionário do Romantismo Literário em Portugal*, Lisboa, Caminho, 1997.

46 Teófilo Braga, “O século XVIII em Portugal” in *Revista de Portugal*, vol. I, 1889, pp. 574-606.

47 Aubrey Bell, *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1971 [1ª edição: 1922], p. 361: “O século XVIII não matou a literatura em Portugal, como a não matou em outros países, mas a poesia perdeu o seu lirismo, e sob a influência de escritores franceses e ingleses assumiu um carácter científico, filosófico ou utilitário.”

48 Por exemplo, Hernâni Cidade, no III volume da *História da Literatura Portuguesa Ilustrada organizada por Albino Forjaz de Sampaio*, Lisboa, Bertrand, 1932, p. 296 fala da poesia do século XVIII como se ela não merecesse ser mencionada em si mesma, mas, apenas, pelas virtualidades daquela que se lhe seguiu: “a poesia caracteristicamente do século XVIII, que não devemos confundir com a que, embora escrita na mesma época, continua utilizando os valores estéticos do século anterior - é, duma maneira geral, poesia de moderado surto, mas de tendências cheias de significação.”

49 António José Saraiva, “Garção como teórico da Reforma Arcádica” in *Para a História da Cultura em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 1995 [1ª edição: 1961], diz acerca da poesia de Correia Garção, na p. 165: “são hoje pouco lidos e pouco interesse actual de facto oferecem. Salvam-se para uma antologia um ou dois sonetos e talvez uma ou duas das composições maiores.”

50 António Gomes da Rocha Madahil *Notícia do ‘Estro de Bingre’ (No Segundo centenário do Poeta)*, Sep. do vol. XXIX do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, Oficinas Gráficas da Coimbra Editora, 1963.

51 Jacinto do Prado Coelho, *Op. cit.*

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES, 1986, *Poética*, Trad. de: Eudoro de Sousa, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BENJAMIN, Walter, 1968, «Theses on the Philosophy of History» in ARENDT, Hannah, *Illuminations. Essays and Reflections*, New York.
- BOURDIEU, Pierre, 1992, *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*, Paris, Seuil.
- BOUTERWECK, Frederik, 1805, *Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit*, Göttingen.
- BERNARDES, José Augusto, 1997, «História Literária» in *Biblos*, vol. II, Lisboa – São Paulo, Verbo, pp. 1024-1038.
- BERNARDES, José Augusto, s. d., *História Literária e Ensino da Literatura*, Separata de *II Jornadas Científico-Pedagógicas de Português*, s. l..
- BRAGA, Teófilo, 1870, *História da Litteratura Portugueza – Introdução*, Porto, Imprensa Portuguesa Editora.
- BRAGA, Teófilo, 1879, «Voltaire» in *O Positivismo. Revista de Philosophia*, dirigida por Teophilo Braga e por Júlio de Matos, Porto, Livraria Universal de Magalhães e Moniz Editores, pp. 325-350.

- BRAGA, Teófilo, 1884, *Os Centenários como Synthese Affectiva nas Sociedades Modernas*, Porto, Typ. De A. J. da Silva Teixeira.
- BRAGA, Teófilo, 1889, «O século XVIII em Portugal» in *Revista de Portugal*, vol. I, pp. 574-606.
- BUESCU, Helena Carvalhão, 1991, «Gravitações: Literatura Comparada e História Literária» in *Dedalus*, nº 1, Dezembro, Lisboa, Cosmos, pp. 207-217.
- CARVALHO, Francisco Freire de Carvalho, 1845, *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até o presente tempo, seguido de diferentes opusculos, que servem para sua maior illustração, e offerecido aos amadores da Litteratura Portugueza em todas as Nações*, Lisboa, Typografia Rollandiana.
- CASANOVA, Pascale, 1999, «Principes d'une histoire mondiale de la littérature» in *La République mondiale des lettres*, Paris, Seuil.
- CHARTIER, Roger; CAVALLO, G., 1997, *Histoire de la Lecture dans le monde occidental*, Paris, Seuil.
- DENIS, Ferdinand, 1826, *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*, Paris, Lecointe et Durey, Libraires.
- FERRAZ, Maria de Lourdes, 1993-1994, «Teoria e História: incompatibilidades e reconciliações» in *Dedalus* 3/4, pp. 51-60.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1971, *Ensaio III. Sobre Teoria da História e Historiografia*, Lisboa, Sá da Costa.
- HENRIQUES, Guilherme J. C., 1896, *Ineditos goesianos colligidos e anotados*, Lisboa, Typ. Vicente da Silva & Cia.
- HERCULANO, Alexandre, 1842, «Cinco Cartas sobre a História de Portugal» in *Revista Universal Lisbonense*.
- HUTCHEON, Linda; VALDÉS, Mário J., 2002, *Rethinking Literary History: a dialogue on theory*.
- KRAMER, Lloyd S., 1992, «Literatura Crítica e imaginação histórica: O desafio literário de Hayden White e Dominik LaCapra» in HUNT, Lynn (org.), *A Nova História Cultural*.
- LAJOLO, Marisa, 2001, *Literatura: leitores e leitura*, São Paulo, Editora Moderna.
- LEFEBVRE, André, 1992, *Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame*, New York-London, Routledge.
- LENTRICCHIA, Frank; MCLAUGHLIN, Thomas, 1995, *Critical Terms for Literary Study*, 2ª edição (1.ª ed.: 1990), Chicago and London, The Chicago University Press.

- LOPES, Maria Alexandra Ambrósio Lopes, «We are communal histories, communal books – tradução em tempo romântico» in SERUYA, Teresa; MONIZ, Maria Lin (orgs.), *Histórias Literárias Comparadas*, Lisboa, Colibri – Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira da Universidade Católica Portuguesa, pp. 103-115.
- LÖSER, Philipp, «International Literary History: Cultures in Translation» in SERUYA, Teresa; MONIZ, Maria Lin (orgs.), *Histórias Literárias Comparadas*, Lisboa, Colibri – Centro de Literatura e Cultura Portuguesa e Brasileira da Universidade Católica Portuguesa, pp. 45-56.
- MANGUEL, Alberto, 1999, *Una História de la Lectura*, Santa Fé de Bogotá, Norma.
- MATOS, Sérgio Campos, 1992, «História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Século XIX» in *Penélope. Fazer e desfazer História*, nº8, Lisboa, Cosmos, pp. 51-71.
- MCGANN, Jerome, 1985, *The Beauty of Inflections: Literary Investigations in Historical Method and Theory*, Oxford, Oxford University Press.
- MENDONÇA, A. P. Lopes de, 1858, «Damião de Goes e a Inquisição em Portugal. Estudo Biographico» in *Annaes das Sciencias e Letras publicados debaixo dos auspícios da Academia Real das Sciencias*, vol. II, Lisboa, Academia Real das Sciencias, pp. 193-226, 257-283, 321-358, 385-440.
- PERKINS, David, 1992, *Is Literary History Possible?*, Baltimore and London, Johns Hopkins University Press.
- PIMPÃO, Alvaro Júlio da Costa, 1959, *História da Literatura Portuguesa. Idade Média*, 2ª edição (1ª edição: 1947 a 1949), Coimbra, Atlântida.
- ROSA, Alberto Asor (org.), 1995, *La scrittura e la storia. Problemi di storiografia letteraria*, Florença.
- SÉRGIO, António (org.), 1937, *Textos Literários de Autores Portugueses sobre História e Historiografia*, Lisboa.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História Breve da Historiografia Portuguesa*.
- SILVA, José Maria da Costa e, 1850, *Ensaio Biographico-Critico sobre os Melhores Autores Portuguezes*, tomo I, Lisboa, Imprensa Silvana.
- SISMONDI, Sismonde de, 1813, *De la Littérature du Midi de l'Europe*, tomo IV, Paris – Strasbourg, chez Treutel et Würtz.
- STEIN, George, 1995, «What is Comparative Literature?» an Inaugural Lecture delivered before the University of Oxford on 11 October 1994, Oxford, Clarendon Press.